



**ACÓRDÃO Nº1577/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11543/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Japurá.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Edigar Ventura dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Marcelo Pinedo Maciel dos Santos - OAB/AM 13356
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5084/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Japurá. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas Anual** da Câmara Municipal de Japurá, exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Edigar Ventura dos Santos**, nos termos do art. 1º, II, alínea "a" e do art. 22, III, alínea "b" da Lei nº 2.423/96, em razão das impropriedades não sanadas de nº 1, 3, 7, 9 e 10 apontadas pela DICAMI no Relatório Conclusivo nº 114/2020 (fls. 226/249), pelo Ministério Público de Contas no Parecer nº 1244/2021 (fls. 250/252) e também na Fundamentação do Voto;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Edigar Ventura dos Santos** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), **em razão** das impropriedades de nº 1, 3, 7, 9 e 10 apontadas pela DICAMI no Relatório Conclusivo nº 114/2020 (fls. 226/249) e pelo Ministério Público de Contas no Parecer nº 1244/2021 (fls. 250/252), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2423/96, alterado pela LC nº 204/2020, c/c art. 308, VI da Resolução nº 4/2002 – TCE/AM, redação dada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Voto; e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no item 1, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 –



**ACÓRDÃO Nº1577/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Edigar Ventura dos Santos** no valor de **R\$2.500,00** (dois mil e quinhentos reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, mencionado no item 1, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”; da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Determinar**, diante das irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5. Dar ciência** ao Sr. **Edigar Ventura dos Santos**, acerca da decisão superveniente, bem como do Voto;
- 10.6. Arquivar** os presentes autos, após expirados os prazos legais.

**11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 28 de setembro de 2022.



**ACÓRDÃO Nº1577/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral